

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 7

# REVOLTAS e REVOLUÇÕES

\* \*



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1985

Andreas Osiander der Älteste — *Gesamtausgabe 5: Schriften und Briefe 1533-1534*. Ed. por Gerhard Müller e Gottfried Seebass, Gütersloh, Gütersloher Verlaghaus, 1983. 556 p.

Andreas Osiander notabilizou-se como teólogo protestante e reformador em Nuremberga. Nasceu a 19 de Dezembro de 1468 em Gunzenhausen e faleceu a 17 de Outubro de 1552 em Königsberg. Fez os seus estudos em Inglostadt, foi ordenado sacerdote em 1520 e leccionou hebraico no convento agostinho de Nuremberga. Recebeu uma influência grande de Lutero e exerceu um papel importante na reforma de Nuremberga. Defendeu a teologia especulativa da Palavra, considerando-a como sendo o próprio Deus. Combateu acérrimamente os movimentos extremistas da Reforma e desenvolveu um papel notável nas visitas pastorais. Participou nos encontros de Esmalcádia, Hagenau e Worms. O conde de Pfalz Ottheinrich convidou-o para ali realizar a Reforma. Foi pastor em Königsberg e leccionou Teologia na Universidade aí recém criada. Ficou célebre a disputa travada por Osiander a respeito da justificação que teve como adversários J. Mörlin e F. Staphylus, Melanchton e M. Flaccius. O conflito foi sanado pela fórmula de concórdia favorável, aliás, a Melanchton.

A edição dos seus escritos e cartas tem merecido o melhor acolhimento. Por eles se pode apreciar a vasta actividade desenvolvida por Osiander na obra de divulgação da Reforma e as incidências que teve nomeadamente na região de Nuremberga. Trata-se de valioso material de documentação com uma apresentação magnífica e enriquecido de notas explicativas preciosas. Felicitamos os editores por tão importante edição.

*Manuel Augusto Rodrigues*

José Mattoso, *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*. I — *Oposição*, 457 p., II — *Composição*, 324 p. Lisboa, Editorial Estampa, 1985.

No seguimento de uma já vasta obra iniciada no estudo das instituições monásticas e prosseguida com a análise dos mecanismos de estruturação da nobreza, José Mattoso acaba de publicar a sua primeira grande síntese interpretativa do Portugal medieval (sécs. XI-XIV).

O seu ponto de partida, devidamente apoiado nos contributos da geografia humana, da antropologia e da linguística,

## Recensões

foi a constatação da existência no território português de «sistemas de relacionamento, estruturas sociais e económicas e esquemas culturais diferentes, mas que normalmente se podem articular em dois grandes grupos, situados em áreas geográficas distintas» (vol. I, p. 26). Daí o título adoptado para a primeira parte do seu estudo — *oposição* —, onde põe em confronto a sociedade senhorial e feudal implantada nas zonas mais férteis do norte — o Entre Douro e Minho —, com os concelhos das restantes regiões do reino. No primeiro caso, detendo-se em particular na definição dos principais grupos humanos que sustentaram o regime senhorial — a nobreza, o clero e as várias categorias de dependentes —, nas formas de solidariedade que acolheram no seu seio e nas manifestações culturais que asseguraram a coesão dos grupos em que se encontravam inseridos. No segundo caso e após algumas considerações sobre a «paisagem física, humana e cultural» dos mesmos concelhos, atacando o problema das suas origens e definição, esclarecendo as categorias sociais que os compunham e, finalmente, as suas formas de solidariedade e funções militares e económicas. Estas as forças da dispersão, a faceta mais real e mais viva de um período de autoconsumo e ensimesmamento local. A elas se opôs desde cedo a realeza procurando, a partir de uma posição — que foi construindo — de interlocutora entre o senhorio e os concelhos, impor-se como centro aglutinador do regionalismo e das estruturas económicas, políticas, sociais e culturais por ele condicionadas. É à análise da afirmação deste contrapoder, significativamente intitulada *composição*, que o autor dedica a segunda parte do seu trabalho. Aqui, partindo da detecção das transformações ocorridas nos domínios demográfico, económico e cultural, detém-se na figura do rei e na progressiva afinação dos seus tentáculos administrativos, nas lutas e dificuldades que teve de vencer no processo centralizador, concluindo com os factores que terão estado na base de um mínimo de coesão interna e de identidade perante o exterior, capazes de nos fazerem crer que o reino estava próximo. De salientar finalmente o esclarecedor apêndice gráfico, precioso complemento do texto, uma cuidada listagem de fontes publicadas e bibliografia, e um não menos importante índice remissivo.

Apesar da brevidade do resumo que avançamos e onde procuramos dar uma ideia da planificação global da obra e dos principais temas aí abordados, julgamos que ele é já revelador do lugar por ela ocupado no panorama da historiografia medieval portuguesa. Não certamente pelo facto de se tratar da primeira síntese do Portugal medieval dos sécs. XII e XIII, no fundamental, mas pelo posicionamento do autor perante o seu objecto de estudo. Com efeito, ao pôr em destaque o papel

e a importância da sociedade senhorial e das comunidades concelhias para a compreensão da idade média portuguesa José Mattoso provocou um deslocamento do lugar a partir do qual o historiador português via o seu passado medieval, obrigando este, consequentemente, a interrogar-se de um modo diferente e a tentar definir novas respostas para as múltiplas questões com que se via confrontado. A mudança de perspectiva operada teve a ver, à partida, com o abandono da visão nacional, isto é, com o abandono da preocupação de tudo explicar do ponto de vista de um poder monárquico em constituição e, pelo contrário, com a adopção do ponto de vista do poder local onde, talvez sem grandes exageros, poderia ser integrado o próprio poder régio até ao momento da sua escalada centralizadora, que transformou paulatinamente em público um poder tão pessoal quanto o senhorial. É sintomática desta mudança de ponto de vista a preocupação do autor em definir tão claramente quanto possível o terreno que pisa através do esclarecimento dos conceitos utilizados, particularmente daqueles que, como «feudalismo» e «sistema senhorial» por ex. (vol. I, pp. 48-52), se prestariam a confundir planos de análise diferentes da realidade social e política do Portugal medieval. Abandonada a nação e uma vez inserido na «região», um novo questionário se abriu perante o autor, obrigando-o a precisar e fundamentar a terminologia social deixada pela documentação e a procurar resolver problemas como, por exemplo, a importância das estruturas de parentesco e sua evolução de acordo com exigências de ordem patrimonial ou económica, e as atitudes mentais que se forjavam no âmbito local e sua ligação às necessidades de vária ordem dos grupos que lhes deram corpo. Problemas para os quais a historiografia ocidental somente nos últimos anos se começou a sensibilizar e que exigiram o concurso e o apoio de outras ciências sociais como a sociologia, a linguística e a antropologia. A sombra destas disciplinas percorre toda a obra e nunca será demais frisar o peso do seu contributo para um melhor conhecimento da orgânica de sociedades rurais, cujo equilíbrio dependia da posse de estratégias de domínio do homem e da natureza bem diversas das utilizadas pelas sociedades contemporâneas. Neste sentido *Identificação de um país* marca desde já um ponto de partida da historiografia medieval portuguesa não somente pela ousadia do plano global da obra e pelas interrogações por vezes lançadas pelo autor em pontos de solução ainda problemática mas também pelas sondagens feitas em questões menos estudadas e por algumas interpretações e conclusões já avançadas. Uma «obra aberta» cujo aproveitamento se revelará, assim o pensamos, extremamente profícuo no futuro. Inversamente esta obra é também, enquanto síntese, um ponto de chegada. Seria

## Recensões

impensável sem as investigações de gerações de historiadores que, em domínios diversos, deram a sua contribuição para o conhecimento do período em análise e que José Mattoso tem a preocupação de ir assinalando ao longo do seu trabalho. Neste capítulo ressentem-se, como não poderia deixar de ser, de um certo atraso da historiografia portuguesa no confronto com as suas congéneres europeias. Pela nossa parte gostaríamos de ver um tratamento mais sistemático das questões culturais e mentais, domínios onde a falta de apoio é talvez mais notória.

Terminamos, dentro do espírito duma obra que se assume também como desafio, deixando algumas interrogações surgidas no decorrer da sua estimulante leitura. Se, como é referido a determinada altura, «os monges e sacerdotes também são senhores» (vol. I, p. 190) resulta não muito claro o evidente desequilíbrio no tratamento do senhorio laico, por um lado, e do eclesiástico, por outro. Embora de um ponto de vista económico as diferenças entre ambos possam não ser significativas, o mesmo não se poderá dizer quando nos situamos no plano político-ideológico e cultural. Aqui, verificando talvez as lacunas do tratamento do clero na parte relativa à sociedade senhorial, o autor optou por incluir alguns desses elementos quando analisou a religião popular, na alínea referente às funções dos concelhos, com evidente quebra da unidade do tema em exploração. Dúvidas nos levanta também, num plano de análise completamente diferente do anterior, o título escolhido — *Identificação de um país* — pelos equívocos contidos na palavra *país* tendo em linha de conta o período estudado. Com efeito, a situação do reino de Portugal no contexto ibérico não nos parece substancialmente diferente da dos restantes reinos peninsulares. Seria para nós certamente paradoxal o aparecimento de uma obra com o mesmo título e aproximadamente o mesmo âmbito cronológico, mas que se pretendesse um ensaio sobre as origens de Castela ou da Catalunha. Reconhecemos com o autor a importância do feixe de razões que aduz para constatar um ritmo unificador que lentamente se sobrepôs à diversidade regional e à estruturação da sociedade aí existente. Pensamos porém que o aparecimento do país pressupôs também a abertura da fronteira marítima e conseqüentemente a expansão ultramarina e a nova estratégia de alianças políticas daí decorrentes. Até lá estaremos sempre perante um reino que económica, política, social e culturalmente se aproxima mais dos reinos peninsulares e dos condados europeus da altura do que da entidade *país*, neste momento ainda em embrião. Uma última interrogação, de certo modo ligada à anterior, diz respeito à não inclusão do contexto ibérico em que decorre este período de formação de Portugal e mesmo das ligações com além-Piri-

néus (lembramo-nos em particular do vínculo vassálico para com o papado). Como cume das hierarquias de vária ordem que ligavam o espaço local ou regional ao espaço europeu teria pleno cabimento na segunda parte (*composição*) ou inaugurando um terceiro plano de análise, que permitiria enquadrar melhor os anteriores e, estamos certos, traria novos argumentos para algumas das conclusões do autor.

*António Resende de Oliveira*

*Mentalities/Mentalités*, revista semestral, Outrigger Publishers, Hamilton, New Zealand, vol. 2, n.ºs 1 e 2, 1984.

*Mentalities/Mentalités* é uma publicação semestral neozelandesa dedicada à história das mentalidades. Os dois números de 1984 distinguem-se do formato habitual das publicações periódicas no campo da história: pouco volumosos (rondando as 50 p.) e repartindo o seu conteúdo por três ou quatro artigos breves e por algumas dezenas de recensões críticas de publicações recentes. A variedade temática é grande, tanto nos artigos como nas recensões críticas: desde o feminismo às religiões da pré-história, passando pela inevitável informática e cibernética. Uma constante contudo: é principalmente o universo científico e académico anglo-saxónico que nos surge nestas páginas. As recensões incidem sobretudo sobre a bibliografia de língua inglesa, e os autores das recensões são oriundos na sua maioria de Universidades Norte Americanas. Assim *Mentalities/Mentalités* torna-se um instrumento útil de contacto com a produção de língua inglesa no domínio da história das mentalidades, geralmente menos acessível entre nós que a produção francófona, sem deixar de ser contudo uma publicação de aspirações «intemacionalistas». Veja-se a lista dos «conselheiros de redacção»: Hélène Ahrweiler, Peter Burke, Georges Duby, Richard Hoggart, Hija Konew, Zoran Konstantinovic, Walter Leitsch, Emmanuel Le Roy Ladurie, Hans-Jürgen Lüsebrink, Lloyd de Maus, Adrian Marino, Jacques Marx, Walter J. Ong S. J. e Immanuel Wallerstein. Temos representado (com nomes sonantes) um leque de países variados: França, Inglaterra, Bulgária, Áustria, Alemanha, Estados Unidos, Roménia, Bélgica e Israel.

Mas a diversidade dos conteúdos dos artigos e das recensões não deixa de levantar no espírito do leitor a questão sempre pendente da dificuldade de definição do objecto da história das mentalidades. A capa do vol. 2, n.º 1 de *Mentalities/Mentalités*